

Nesse sentido, destaca-se a orientação prioritária e convergente da implementação de políticas públicas de inclusão social com atenção especial a 60 municípios selecionados a partir da fragilidade identificada pelo IPS e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), previamente analisados (Quadro 1):

Quadro 1
Municípios Prioritários para Ação de Inclusão Social Governamental

Região de Integração	Municípios Prioritários
Marajó	Melgaço, Bagre, Portel, Anajás, Afuá, Curralinho, Breves, Gurupá, São Sebastião da Boa Vista e Muaná
Rio Caeté	Cachoeira do Piriá São João de Pirabas Viseu Tracuateua Augusto Corrêa Bonito Quatipuru Bragança
Tocantins	Acará Limoeiro do Ajuru Oeiras do Pará Moju
Guamá	Nova Esperança do Piriá São Domingos do Capim
Araguaia	Cumarú do Norte Floresta do Araguaia Santana do Araguaia Santa Maria das Barreiras Pau D'Arco
Xingu	Anapú Senador José Porfírio Pacajá Vitória do Xingu Porto de Moz Medicilândia Uruará Placas
Tapajós	Jacareacanga Trairão Rurópolis Aveiro Novo Progresso
Carajás	Eldorado dos Carajás São João do Araguaia Piçarra
Baixo Amazonas	Prainha
Tucuruí	Nova Ipixuna Novo Repartimento Itupiranga Goianésia do Pará Jacundá Breu Branco
Rio Capim	Ipixuna do Pará Aurora do Pará Concórdia do Pará

Fonte: Secretaria Extraordinária de Articulação de Políticas Sociais.
Elaboração: Seplan, 2015.

✓ Escuta Social

Para ampliar e qualificar a participação social no processo de elaboração do PPA 2016-2019 utilizou-se instrumentos de escuta social diversos, dentre os quais reuniões com associações de municípios e federações municipais, organizações representativas do setor privado, conselhos de classe e outras organizações da sociedade civil, participação em fóruns, realização de 12 audiências públicas nas diferentes regiões de integração e, ainda, escuta online através do *site* www.seplan.pa.gov.br/ppasite, visando captar informações e propostas para o Plano.

Destaca-se que a participação social ocorreu previamente à elaboração dos programas, configurando-se como instrumento norteador para definição dos investimentos estruturantes e ações estratégicas, condizentes com os problemas e potencialidades regionais.

Para fins de criação do novo formato do Plano, analisou-se a metodologia atual, adotada pelo governo do estado, e a nova metodologia implantada pelo governo federal, considerando os pontos positivos e as limitações de ambas. Desse modo, a concepção metodológica adotada pretende superar as dificuldades observadas, não só no que se refere à elaboração do Plano e sua

apresentação, como também no que diz respeito ao seu monitoramento e avaliação.

Para tanto, realizaram-se alterações conceituais e formais, visando criar condições técnico-operacionais mais adequadas à execução, monitoramento e avaliação do Plano, como instrumento norteador das políticas públicas. Dentre as diferenças adotadas em relação às metodologias anteriores, destacam-se (Quadro 2):

Quadro 2
PPA 2016-2019: Resumo Metodológico

Tópico	PPA 2016-2019	Finalidade
Regionalização	Considerada em todas as etapas do ciclo de gestão do Plano.	Enfatizar as especificidades regionais para fins de formulação dos programas, objetivos, metas e ações, e mensuração dos resultados das demais fases.
Indicador	Macro: vinculado ao macro-objetivo de governo. Processo: mensuração da eficiência e eficácia das ações dos programas. Resultado: aferição do Plano, ao final de sua vigência.	Alinhamento às dimensões estratégica, tática e operacional do planejamento.

Tópico	PPA 2016-2019	Finalidade
Programa	Programas <i>Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado</i> .	Propiciar maior visibilidade à execução das políticas públicas setoriais.
Objetivo	Cada Programa possui de um a cinco objetivos.	Propiciar a articulação da política pública de forma transversal, entre os diversos executores, visando à otimização dos recursos públicos.
Ação	Menor nível de agregação no Plano está vinculada ao(s) objetivo(s) do(s) programa(s). Destaca-se que os quantitativos físicos e financeiros, referentes aos produtos das ações, serão demonstrados nos projetos de Lei Orçamentária Anual do período de vigência do Plano.	Conferir ao Plano abordagem direcionada aos níveis estratégico e tático, reservando o detalhamento anual à lei orçamentária específica.
Meta	Vinculadas ao(s) objetivo(s) do(s) programa(s), possui caráter quantitativo e/ou qualitativo e apresenta-se regionalizada.	Mensurar o(s) objetivo(s) dos programas de forma regionalizada, possibilitando maior clareza no monitoramento dos resultados do programa.

Elaboração: Seplan, 2014.